

AS EXPRESSÕES DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE NA COMUNIDADE DE QUIETO, ASSENTAMENTO 25 DE MAIO, CEARÁ

*Juliana Cristina de Mello ¹, Paulo Henrique Campos da Silva ², Virzângela
Paula Sandy Mendes ³*

Resumo: Neste trabalho evidenciaremos o caso dos jovens do Assentamento 25 de Maio, especificamente na comunidade de Quieto/CE, buscando compreender as contribuições do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para a inserção e participação política da juventude camponesa na respectiva comunidade. A referida pesquisa foi realizada entre os anos de 2019 e 2020, sob uma abordagem qualitativa. Do ponto de vista da metodologia, foram utilizadas pesquisa bibliográfica e de campo, seguida de procedimentos de entrevistas semiestruturadas com a amostra de seis jovens e observação participante. Os resultados deste estudo demonstraram que o exercício de momentos coletivos, culturais e de lazer, vivenciados no assentamento, estão carregados de expressões políticas de identidade com um processo de vida no campo e de relação com o MST, sendo que este último, se configurou como espaço para a inserção e participação da sua juventude.

Palavras-chave: Jovens Camponeses; Participação Social; MST; Assentamento.

EXPRESSIONS OF THE YOUTH'S POLITICAL PARTICIPATION IN THE QUIETO COMMUNITY, SETTLEMENT 25 DE MAIO, CEARÁ

Abstract: In this work, we will highlight the case of young people from the settlement 25 de Maio, specifically in the Quieto community - CE, seeking to understand the contributions of the Landless Rural Workers Movement (MST) to the insertion and political participation of peasant youth in the respective community. This research was carried out between the years 2019 and 2020, under a qualitative approach. From the methodology point of view, bibliographic and field research were used, followed by semi-structured interview procedures with a sample of six young people, and participant observation. The results of this study demonstrated that the exercise of collective, cultural and leisure moments, experienced in the settlement, are loaded with political expressions of identity with a process of life in the countryside and in relation to the MST, being the latest one configured as space for the insertion and participation of its youth.

¹Graduada em Educação do Campo pela Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS). E-mail: julianamello94@gmail.com.

²Graduado em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: paulo.juventude2016@gmail.com.

³Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora substituta do curso de Serviço Social (UECE). E-mail: virzangela.sandy@uece.br.

Keywords: Young Peasants; Social Participation; MST; Settlement.

1. Introdução

A juventude do campo vive em permanente dilema pela busca das condições de trabalho, acesso à educação, cultura, participação política, entre outros fatores, dado a lógica excludente do próprio desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Tal modelo, está baseado na produção através da monocultura; aumentando cada vez mais a concentração de terras; a destruição do meio ambiente e da saúde humana através da utilização de agrotóxicos em suas lavouras; não produz alimentos para o povo, pois sua centralidade é na produção de mercadorias; na substituição da mão-de-obra humana por máquinas, tornando o campo um espaço sem camponeses (as).

No entanto, frente a este modelo de desenvolvimento, há também os (as) jovens que organizados (as) em movimentos sociais ou outras mediações da vida social, resistem, e constroem experiências de luta por direitos, ao mesmo tempo que constroem alternativas próprias e autônomas para vivência destes direitos (CASTRO, 2005; JANATA, 2012).

Neste trabalho, evidenciaremos o caso dos jovens do Assentamento 25 de Maio, especificamente na comunidade de Quieto - CE, buscando compreender as contribuições do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para a inserção e participação política da juventude camponesa na respectiva comunidade.

2. Considerações acerca de juventude no campo e a participação política

Para falar sobre juventude, é necessário discorrer sobre alguns entendimentos e características que envolvem a temática. Etimologicamente, o termo *juvenis* estava ligado à questão da idade, aquela pessoa que estava em plena força de sua idade: “[...] tal sentido já era existente na sociedade clássica greco-romana, em que havia a evocação da deusa grega *Juventa* em cerimônias que tornavam os mancebos cidadãos, passando a poder exercer plenamente seus direitos [...]” (NOVAES *apud* JANATA, 2012, p. 110-111).

Gropo (2000) destaca que “a juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos” (p. 08). Ao mesmo tempo, pode ser entendida como uma situação social, “[...] vivida em comum por certos indivíduos” (GROPPO, 2000, p. 08). Janata (2016) acrescenta que “[...] o padrão para se definir a condição juvenil está apoiado nos jovens burgueses. Assim, foram eles que imprimiram “[...] o conteúdo da noção moderna de juventude [...]” (p.20).

No Brasil, o Estatuto da Juventude (2013), estipula a idade jovem de 15 a 29 anos, portanto seus projetos e políticas são direcionadas para esse perfil etário. Já segundo Pochmann (2004), a questão etária deve ser compreendida também nesse período como um *alargamento*, destacando a idade de 16 a 34 anos, principalmente por alguns fatores, como a inserção ocupacional do jovem no trabalho e o maior tempo de escolaridade.

Para a Pastoral da Juventude Rural – PJR (2017), a partir de dados da Secretaria Nacional da Juventude – SNJ, de 2013, a juventude brasileira representa 15% da população, com um total de 51,3 milhões de jovens. No campo, vivem aproximadamente 7,8 milhões de jovens, desses, 29,2% viviam em extrema pobreza.

Em relação à definição sobre juventude rural, Sales (2003) destaca que a referência da idade, tem especificidades diferenciadas da urbana. No rural, a linha divisória que demarca a superação da juventude é o casamento e formação da prole.

Assim, embora exista uma tendência em se privilegiar os aspectos etários para delimitar e caracterizar as problemáticas e anseios de determinado grupo de jovens, acreditamos que a juventude é uma categoria complexa e multifacetada, envolvendo marcas geracionais (históricas) e materiais, com especificidades que englobam relações de gênero, território e classe (MARGULIS; URRESTI, 1996). Corroborando com esta perspectiva, Janata (2016, p. 17), reafirma que “a juventude é uma categoria geracional que encerra na classe suas questões fundamentais”.

Por outro lado, há uma ampla diversidade dos jovens que vivem no campo, os sem-terra, pequenos agricultores, atingidos por barragens e mineração, ribeirinhos, quilombolas, pescadores, indígenas, agricultores familiares, mulheres camponesas, LGBT, negros (as), entre outros. Um dos problemas mais recorrentes desses (as) jovens é a questão do êxodo rural.

Os jovens brasileiros oriundos do campo continuam a abandonar a agricultura e o meio rural para procurar alternativas nas cidades [...]. Os motivos do passado se misturam com os atuais, onde o êxodo rural neste caso, não é fruto apenas de uma lógica que dita que a urbanização é o mundo das possibilidades, enquanto o campo é uma área atrasada, coloca-se na inviabilidade de questões materiais e estruturais predominantes no modelo produtivo agrícola do campo brasileiro, produzindo invisibilidade social para os jovens, pois a falta de políticas públicas exclui estes indivíduos da produção rural e minam suas possibilidades de ter uma vida digna no meio rural (OLIVEIRA; RABELO; FELICIANO, 2014, p. 02).

Por mais que os jovens não sejam os únicos a terem suas vidas impactadas pelas consequências do modelo de desenvolvimento para o campo brasileiro- o agronegócio, eles são os primeiros a serem expulsos de seus espaços de vida. Conforme reflexões de Fernandes (2008), o agronegócio é um modelo agrícola de desenvolvimento, controlado pelo capital financeiro e as corporações transnacionais. No entanto, esse modelo provoca consequências para o campesinato, especialmente para os jovens, tais como, o êxodo rural; a intensificação dos conflitos nos territórios camponeses; sua influência ideológica sobretudo a partir do espaço da escola e a precarização das condições de trabalho. Como aponta Castro (2009),

[...] os problemas enfrentados pelos jovens são, antes de tudo, problemas enfrentados pela pequena produção familiar, e suas múltiplas formas de reprodução, como as difíceis condições de vida e produção. Nesse

contexto, algumas dificuldades atingem de forma mais direta os jovens rurais (CASTRO, 2009, p. 190).

De acordo com a autora, “A exclusão social é uma marca da juventude rural no Brasil [...]” (CASTRO, 2009, P. 195).

Em nossa sociedade, a forma como os jovens se relacionam com a política, é uma relevante preocupação da atualidade. Neste sentido, é necessário reconhecer que tanto nos modelos convencionais de participação política, tais como, os grupos de jovens, grêmios estudantis, associações, ou movimentos sociais, existem dificuldades no enraizamento da participação destes sujeitos. Assim como também nos modelos não convencionais, como, as redes sociais, novos coletivos auto-organizados de identitarismo etc. No meio rural, se refletem os mesmos dilemas, como destaca Mello (2019, p. 27): “Em relação à participação política dos jovens no campo, percebe-se dificuldade na constituição da juventude enquanto sujeito organizativo, desde a esfera da família, comunidade e organizações mais amplas, isso porque é tratada sob uma ótica hierarquizada”.

Parte desta leitura, pode ser interpretada pelas visões que remetem de forma pejorativa a capacidade dos mesmos, como afirma Castro (2009, p. 205) “[...] jovem, como categoria, carrega o “peso” da transitoriedade e, portanto, é tratado como categoria social sobre a qual se deve atuar e não percebida através das formas em que se configura como ator social”. Assim,

Privilegiar a característica de transitoriedade nas percepções sobre juventude transfere para aqueles assim identificados, a imagem de pessoas em formação, incompletos, sem vivência, sem experiência, indivíduos, ou grupo de indivíduos que precisam ser regulados, encaminhados. Isto tem implicações desde a dificuldade de se conseguir o primeiro emprego, até a deslegitimação da sua participação em espaços de decisão (CASTRO, 2009, p. 188).

Ainda, tal crítica constituída no imaginário social que desprestigia a participação dos jovens, não levam em consideração que neste período da vida também se abrem possibilidades, de um potencial de participação marcado pelas especificidades das vivências desse tempo intitulado juventude. Como discorre Mello (2019), esse potencial só pode ser revelado, desde que seja reconhecida sua existência, mas, acima de tudo, desenvolvido estratégias de trabalho com esse público, pois os jovens diferenciam-se em relação a concepções e ações, e essa diferenciação faz com os jovens possuam elementos únicos e importantes sejam acrescentados pelos mesmos. Porém,

Essa constatação, nem sempre é apreendida dentro das organizações sociais, e quando é, por vezes, não ocorre a busca de potencializar a formação da juventude e dar atenção aos incentivos e condições abertos à sua participação. Todo processo de inserção demanda dedicação e trabalho, tornando-se mais fácil relacionar o jovem à ideia de problema, do que buscar acertar na interpretação e construir as condições de sua efetiva participação e contribuição (MELLO, 2019, p. 28).

Dessa forma, no mundo rural, a participação dos jovens na política tem como referência as experiências ligadas à luta pela terra, e para os jovens das áreas de assentamento, o espaço de formação política vai sendo construído desde o momento da ocupação. A autora ainda acrescenta que, “no mundo rural dos assentamentos, as formas de agrupamentos juvenis têm duas principais influências: o MST e a Pastoral da Juventude” (SALES, 2003, p. 193).

Neste trabalho, trataremos da influência do MST sobre a relação dos jovens com a política. Para Sales (2003, p. 192), “o MST tem conseguido captar esse desejo dos jovens em produzir realidades novas, e, desse modo, estimula a potência de agir destes jovens; e aquilo que poderia parecer obrigação passa a ser uma motivação para permanecer na luta política”. Desse modo, no que se refere a formação política da juventude influenciada pelo MST, o Coletivo Nacional de Juventude do MST (2019, p. 114) assinala a necessidade de “construir uma cultura organizativa e de identidade com o campo [...]”. Para tanto, é fundamental “[...] pensar metodologias criativas, participativas, que permitam o desenvolvimento político da consciência, bem como o seu envolvimento no processo organizativo do Movimento” (PIZETTA, 2007, p.3).

Para o Coletivo Nacional de Juventude do MST (2019), a realização do trabalho visando a participação política da juventude camponesa, deve levar em consideração a forma organizativa, compreendendo que os jovens podem se organizar pelas formas tradicionais, como os grupos de jovens, ou também por outras dimensões mais flexíveis, como pela capoeira, pela música, dança, grupos de produção agroecológica etc. Também é necessário considerar que esses espaços precisam ser atrativos, porque a juventude precisa estar motivada, animada a participar de espaços políticos de organização. Essas características estão presentes na comunidade da referida pesquisa a partir da inserção social dos jovens na escola, no grupo de capoeira, na rádio da comunidade, no grupo de junino de quadrilha. O desafio é tornar estes espaços cada vez mais atrativos aos jovens e que tenham capacidade de atuar nas decisões políticas da comunidade.

Como a política se faz no bojo das relações sociais, os espaços de sociabilidade entre a juventude, são locais para serem considerados e analisados. Os autores Brenner, Dayrell, Carrano (2005) expõe que, pesquisas sobre juventude, tem demonstrado a efetividade dos aspectos que organizam a vida dos jovens nas culturas vividas no lazer, cultura e no tempo livre, como espaços que proporcionam oportunidades de relações sociais que constroem identidades individuais e coletivas.

Nenhum assentamento rural, mesmo que tenha surgido através de intensos processos de luta social é uma ilha, para tanto, as influências e condicionamentos que atingem o jovem em geral e o jovem nas especificidades da vida no campo brasileiro, também precisam ser consideradas. Assim, é nítido que quando tratamos da relação da juventude assentada com a política, existem esforços de reflexões já delineadas sobre o tema, grande maioria delas, constituídas desde a práxis do MST, enquanto um movimento social que exerce influência nestes territórios. As elaborações de tal experiência, possibilitam também considerar o Movimento, como intelectual coletivo que fundamenta esta investigação. Trataremos sobre isso nas seções a seguir.

3. Metodologia

A referida pesquisa foi realizada sob uma abordagem qualitativa, construída a partir dos relatos e percepções dos/das entrevistados/as. Desse modo, foi utilizada pesquisa bibliográfica com o propósito de identificar outros estudos desenvolvidos sobre a temática, além da pesquisa de campo. Como instrumento de coleta de dados foram utilizadas entrevistas semiestruturadas e a observação participante, as quais possibilitaram um arcabouço de informações relevantes, levando ao cumprimento dos objetivos da pesquisa.

A partir da observação e da interlocução com os jovens da comunidade em diferentes formas de inserção política, foram selecionados (as) para entrevistar seis pessoas: quatro mulheres (incluindo a coordenadora estadual de juventude do MST Ceará) e dois homens, os quais, através de nossas observações empíricas, representam as formas de pensar e agir predominantes na juventude do território estudado. As entrevistas foram realizadas com o intuito de identificar suas percepções sobre a participação política, e como a juventude se relaciona com expressões da vida, tais quais o lazer, a cultura e os processos educacionais, bem como esses influenciam no cotidiano dos jovens.

Apesar da inserção orgânica de um dos autores na realidade estudada, como filho de assentados na comunidade, da qual residiu parte de sua vida na mesma, a pesquisa de campo causou estranhamento, porque a relação com os jovens não era uma relação de pesquisador meramente. Ou seja, havia uma imersão nas contradições da juventude, mas sem analisá-las com maior profundidade. Isso não significa imparcialidade ou pesquisar de fora para dentro, mas o fato é que, com a pesquisa, foi necessário adotar um distanciamento do objeto para poder extrair mais elementos e apreender as contradições que não são explicitadas e, inclusive, para poder ter maiores subsídios para intervenções futuras na realidade.

As discussões neste artigo estão divididas em três tópicos estruturais: discussões conceituais sobre juventude no campo e participação política; a trajetória de luta pela terra e a construção do Assentamento 25 de Maio; os jovens pesquisados e suas vivências de participação/inserção na Comunidade Quieto e, por fim, trataremos sobre o MST e o fortalecimento das lutas e participação política dos jovens da Comunidade Quieto.

4. Luta pela terra e a formação sócio-histórica do Assentamento 25 de maio e a comunidade de Quieto

O Assentamento 25 de Maio é oriundo de intensas lutas pela terra no Brasil que deram origem ao MST. Aqui é importante remeter-se ao contexto da estrutura fundiária no Ceará, a qual foi historicamente concentrada nas mãos de poucos. Para Alencar (2005), a questão agrária no estado tem sua história marcada por quatro principais aspectos: a concentração da propriedade privada da terra, a má utilização do solo, o domínio jurídico e arcaico das terras e as relações de trabalho no campo.

Em relação às formas de exploração da terra no estado, até 1980, as principais culturas desenvolvidas eram a pecuária e a produção de algodão.



Depois começaram a se diversificar, com o cultivo do caju e do coco, principalmente na região do litoral, sendo destinados em especial para as cidades de Fortaleza e Sobral. No decorrer dos anos, ampliaram-se nas várias regiões a plantação de café, flores (serras), a fruticultura, e nos sertões a produção de milho e feijão (ALENCAR, 2005).

Ao interpretar essa concentração fundiária do estado do Ceará, evidencia-se também que ela se concentra principalmente na região do sertão. Esse processo gerou no campo um ciclo de intensificação, ainda mais com os fenômenos das secas, concentração de renda nas cidades e desigualdades sociais, sobretudo no acesso à educação e saúde. Quanto maior a concentração, maiores são as desigualdades.

Nesse sentido, surgiram vários conflitos entre os latifundiários e os camponeses, espalhados por todas as regiões do estado. Na região do litoral, principalmente nos municípios de Itapipoca, Itarema, Amontada e Tururu. Na região dos sertões em Crateús, Mansehor Tabosa, Quixadá e Choró Limão. Todos esses conflitos por terra iniciaram questionando o pagamento da renda da terra e tiveram uma importante participação da igreja e sindicatos (MST-CE, 2009).

Para o MST – CE (2009), em seu *Caderno de Formação nº 01*, o Movimento afirma que esse processo de luta originou na época os assentamentos Santana (Mansenhora Tabosa), Mulungu (Tururu), Monte Castelo (Choró Limão), Califórnia (Quixadá), Lagoa do Mineiro (Itarema), Salgado Cumprido (Amontada), Maceió (Itapipoca), entre outros. No entanto, eram lutas isoladas e, a partir de 1981, a igreja católica, principalmente através da Comissão Pastoral da Terra, pela linha política ideológica da teologia da libertação⁴, passou a fazer encontros regionais com as famílias desses diversos locais. Nesse sentido, o estado do Ceará enviou representantes para o I Encontro Nacional dos Sem Terra, que se realizou em Cascavel, no Paraná, em 1984. (MST-CE, 2009). Morissawa (2001), ainda em relação a história do Movimento no Ceará, destaca que:

Até 1988 os participantes cearenses no 1º Congresso Nacional do MST não haviam conseguido construir o MST no Ceará e solicitaram a ajuda de militantes de outros estados. Na região do sertão, grassava a seca e a miséria. Com a ajuda de companheiros de fora, formaram uma comissão provisória e organizaram encontros municipais e regionais. Em quatro meses conseguiram reunir em torno de 450 famílias em reuniões e trabalho de base (MORISSAWA, 2001, p.187).

A partir desse processo de amplo trabalho de base com as famílias da região, sobretudo dos municípios de Boa Viagem, Choró Limão, Quixadá e Madalena, ocuparam com 300 famílias, em maio de 1989, a fazenda Reunidas São Joaquim, no município de Quixeramobim e, logo em seguida da ocupação, chegaram mais 200 famílias (MORISSAWA, 2001).

O acampamento foi montado inicialmente na comunidade de Paus Brancos pelo fácil acesso e depois foi deslocado para o Quieto, por conta da centralidade e também pela questão hídrica. Posteriormente as famílias foram distribuídas

⁴A teologia da Libertação marca a vinculação da Igreja Católica às lutas sociais em torno da dignidade e justiça social, dentre elas o acesso à terra. A teologia da libertação, portanto, orientou a luta pela terra e a criação do MST (NETO, 2007).

nos 23 mil hectares de terra, em grupos; nas outras áreas foram formando-se as comunidades do assentamento, que passou a se chamar 25 de Maio (SILVA; GORAYEB; ARAÚJO, 2015).

Quando a fazenda Reunida São Joaquim foi ocupada pelo MST, foi organizado um acampamento em Paus Brancos (comunidade integrante da respectiva fazenda e atualmente pertencente ao Assentamento), passando lá alguns dias. Logo depois o acampamento foi montado na comunidade de Quietos, porque era o local geograficamente central da fazenda e também por ser onde se localiza o maior açude com reservatório de água. No início, era onde funcionavam todas as atividades do acampamento, local para formações educativas com os acampados (as) e realização de reuniões e assembleias gerais.

O acampamento durou em torno de vinte dias até sua emissão de posse, sendo que logo depois aconteceu a divisão das famílias nas várias comunidades existentes, famílias que se encontram em sua maioria até os dias atuais no assentamento. O processo da passagem de acampamento até a emissão de posse aconteceu rápido de certa forma, em aproximadamente 20 dias, mediante pressão política das famílias sem-terra junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Atualmente, o Assentamento é composto por doze comunidades, que são: Paus Brancos, Pau Ferro, São Nicolau, Nova Vida I e II, Mel, Caiçara, Vila Angelim, São Joaquim, Agreste, Quietos e Perdição. Do ponto de vista dos aspectos sociais, como moradia por exemplo, a maioria das casas são de alvenaria. Na situação educacional, há nove escolas públicas municipais e uma estadual.

A comunidade de Quietos se organiza através da Associação Comunitária Nova Esperança, embora alguns outros assentados façam parte da associação Vila Angelim, que se localiza em outra comunidade. Do ponto de vista de infraestruturas, há duas escolas públicas, uma escola municipal 25 de Maio II e uma escola estadual João dos Santos de Oliveira; um posto de saúde, uma igreja, campo de futebol e um açude de médio porte; também é onde se localiza a sede da Cooperativa dos Assentados do Assentamento 25 de Maio (COOPAMA).

A partir das observações em campo, chega-se aos dados que o Assentamento geograficamente está dividido em agrovilas, tipo de implementação que possibilita uma maior sociabilidade. Na comunidade de Quietos residem aproximadamente 43 famílias. As casas são de alvenaria, com água encanada, luz elétrica e cada família possui uma cisterna de água para consumo humano; a maioria possui equipamentos básicos, como eletrodomésticos e eletrônicos.

A Escola Municipal 25 de Maio II está atualmente abandonada pelo poder público, correndo riscos de não ter mais possibilidades de funcionamento devido à precariedade de parte de sua estrutura que está demolida. Já a escola estadual de Ensino Médio João dos Santos de Oliveira, conta com uma estrutura de doze salas de aulas, laboratórios, quadra de esporte, áreas de convivência, e recebe educandos do assentamento e comunidades da vizinhança. Sua proposta de pedagogia é baseada na concepção da Educação do Campo, que busca

desenvolver uma proposta de ensino em que dialogue com conhecimentos críticos e significativos da realidade dos estudantes.

5. Os jovens pesquisados e suas vivências de participação/inserção na comunidade Quieto

Partimos do entendimento de que os espaços da comunidade são os ambientes sociais mais próximos do jovem camponês assentado, logo, tendem a ser onde se constituem as primeiras expressões de uma participação política. Todavia, a interpretação aqui, não busca compreender o exercício da política apenas derivado de uma inserção em estruturas tradicionais e já consolidadas, mas como processos em curso, com seus devidos limites e potenciais de contribuição. As entrevistas foram realizadas no período de 18 de maio a 05 de outubro de 2019. A seguir, apresenta-se uma tabela com o perfil biográfico dos jovens entrevistados:

Quadro 1 - Perfil dos/as jovens entrevistados/as.

Jovens	Idade	Estado civil	Escolaridade	Profissão	Religião	Tem filho (a)
Ana Lândia	16	Solteira	2º ano ensino médio	Estudante	Não tem	Não
Sônia Paiva	18	Solteira	Ensino médio completo	Não trabalha	Católica	Não
Paulo Jonas	27	Casado	Ensino fundamental incompleto	Agricultor	Católico	Três filhos
Gleiciane Silva	19	Solteira	Ensino médio completo	Agricultora	Católica	Um filho
Cleidson Silva	33	União estável	Ensino médio completo	Agricultor	Católico	Um filho
Luz Elena	22	Solteira	Cursando curso superior	Estudante e militante	Católica	Não

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Observa-se que foram entrevistados/as jovens entre 16 anos e 33 anos por considerarmos que o conceito de juventude extrapola a dimensão etária (MARGULIS; URRESTI, 1996). Foram entrevistadas 4 mulheres e 2 homens, sendo 3 jovens que se identificam enquanto agricultores/as e outros 2 como estudantes. Apenas uma se identificou como militante (o que nos chamou a atenção) e outra que não trabalha. Quatro deles são solteiros/as e um se identificou como casado e o outro em união estável. A grande maioria é católico e apenas um informou que não possui religião (a comunidade conta com jovens evangélicos, tentamos conversar com dois deles, mas estes se recusaram a participar da pesquisa por falta de tempo). A metade não tem filhos e outros 3 têm, pelo menos, um filho. 4 dos/as jovens entrevistados/as concluíram o ensino médio e uma delas cursa o ensino superior. Todos os jovens possuem uma identificação com o Movimento Sem Terra, se considerando então, parte da

juventude do MST. Entretanto, nem todos participam diretamente de espaços destinados à organização da juventude.

Na comunidade de Quieto, as decisões e a organização do trabalho coletivo na produção são realizadas nas reuniões da Associação Comunitária Nova Esperança de Quieto, e por meio desta estrutura política construída historicamente se centraliza a maior parte da participação política das famílias. O trabalho coletivo na produção é realizado um dia por semana, pelos integrantes da associação. Este trabalho conta com a participação apenas dos jovens que são associados.

Segundo o estatuto, a associação foi fundada em 30 de setembro de 1998, com a participação de vinte e dois associados. Atualmente desenvolve trabalhos coletivos na agricultura, como a plantação e colheita de milho e feijão. Os sócios contribuem financeiramente de forma mensal para os gastos gerais do funcionamento da associação. As diversas conquistas econômicas, políticas e sociais que existem atualmente na comunidade, tais como, equipamentos agrícolas, projetos produtivos e a organização de atendimento à saúde, foram garantidas através da participação dos associados nas lutas do MST.

De pronto, ao serem questionados sobre os seus espaços de participação na comunidade, os entrevistados tomam referência no espaço da referida associação, relatando os limites e restrições no que se refere à participação da juventude. Para Ana, de 16 anos:

Porque eles não são muito incentivados a participar, muitos deles nem sabem pra que serve a associação, então quando eles não encaixam os jovens para fazer parte da associação, aí os jovens vão perdendo o interesse, acham que aquilo não importa, da frente da comunidade (ANA, 2019).

Sobre isso, continua Cleidson, de 33 anos: “[...] aqui os jovens, falando da agricultura familiar, os jovens participam, mas já no conselho, das comunidades não têm jovens à frente da associação porque não tem chance” (CLEIDSON, 2019). Nota-se que a participação dos jovens nos espaços de decisão na comunidade ainda é restrita, também no conselho do assentamento, que é outra instância importante onde são tomadas as decisões gerais. Essas questões relacionadas à participação da juventude foram relatadas nos estudos de Castro, ao mesmo tempo em que se percebe “o discurso dos adultos sobre o desinteresse dos jovens, [tem-se] o dos jovens quanto à desqualificação da sua participação nos espaços coletivos de decisão” (2005, p. 391).

Por um lado, não há uma inserção dos jovens na associação, porque eles não se sentem motivados e os assuntos não são de interesse dos mesmos, logo, não querem participar desse espaço. Por outro, não se envolvem com as discussões da comunidade por achar que isso não agrega em sua vida e não há interesse de sua parte. Como relata Sônia, de 18 anos:

Não sou participante da associação, não sei muito sobre a organização da comunidade não [...] eu acho que os jovens não participam em relação a organização da comunidade, pelo menos eu não [...] as vezes é por não ligar mesmo [...] falta de interesse (SÔNIA, 2019).

Ainda acrescenta Gleiciane, de 19 anos: “[...] eles não querem participar das coisas da comunidade, dos trabalhos [...] porque eles não têm interesse em trabalhar na comunidade” (GLEICIANE, 2019). Nesses relatos, os jovens trazem impressões sobre não se sentirem interessados, mas em nossa análise, a ausência deles nestes espaços, não significa que é apenas responsabilidade dos mesmos. Como afirma Mello (2019), é necessário que os adultos do processo, ao falar sobre a inserção política da juventude, deem atenção aos incentivos abertos e as condições de sua efetiva participação e contribuição.

Nessa reflexão, destacamos as afirmações de Pizeta (2017) e do Coletivo Nacional de Juventude (2019), quando alegam a necessidade de que para permitir o desenvolvimento político dos jovens, é preciso pensar metodologias criativas, atrativas e participativas, voltadas às especificidades deste público, pois não basta ter espaços políticos, se esses não dialogam com seu nível de consciência atual.

Ainda há que se considerar que a associação é, majoritariamente, controlada e conduzida por homens, estando os assuntos discutidos concentrados no crédito, que as mulheres e jovens têm dificuldade em acessar, porque o lote da família e o trabalho agrícola estão vinculados à figura do chefe da casa. Para Ana, de 16 anos, “[...] a situação da comunidade, só tem mais a participação de homens. Acho que as mulheres e jovens deveriam se inserir mais nas questões da associação” [...] (ANA, 2019).

Segundo Castro (2009), “O peso da autoridade paterna no espaço doméstico é reproduzido nas relações de trabalho familiar e na organização do lote” (CASTRO, 2009, p. 193). Podemos refletir que pela fala da entrevistada, isso se repercute no espaço da associação na comunidade de Quietão, da qual se vinculam às atividades relacionadas a economia familiar, tornando a inserção das jovens mulheres mais difícil.

Todavia, no estudo de campo, constatamos que nem todos (as) os jovens que moram no meio rural exercem trabalho agrícola e se reconhecem como jovens camponês. Essa negação da agricultura se dá, em parte, por ela ser considerada uma atividade penosa e desvalorizada socialmente, não estimulada pelos pais e pelo sistema educativo (MENDES; PAULINO, 2017; MENDES, 2018). Em parte, também pela força ideológica dos meios de comunicação em vender uma imagem de que o meio rural não é local para se morar. É por isso, que segundo o Coletivo Nacional de Juventude do MST (2019), inicialmente, para pensar a participação política da juventude, é fundamental constituir uma identidade com o campo.

Não há uma uniformidade em relação à participação dos jovens na associação comunitária, onde encontram-se níveis diferenciados de inserção política neste espaço. Os que estão mais inseridos são os jovens que já possuem responsabilidade com o lote familiar e, nem sempre, se reconhecem como jovens. Existem ainda os/as que não buscam a participação porque não valorizam esta experiência ou mesmo avaliam a associação como espaço não atrativo para os jovens.

Vale destacar que há outras formas de participação e encontros entre a juventude na comunidade. Na realidade estudada, estes são espaços de diversão, mas se demonstram também como expressão política, em que

determinadas manifestações culturais se misturam com o lazer e participação. Isso está expresso principalmente em três atividades: o futebol, o Festival de Arte e Cultura das Escolas do Campo e a quadrilha junina Raízes do Sertão. Em relação a quadrilha junina, existe um processo de construção histórico. Conforme relata Sônia, de 18 anos:

A quadrilha começou lá na Nova Vida, ela era bem pequenininha, era uma quadrilha que não tinha nenhuma expectativa de crescimento, aí foi crescendo, aí veio para a comunidade [...]. A Raízes do Sertão ela já faz tempo, já tem anos, mas ela foi se firmar e ficar conhecida foi agora nesses anos [...] e esse ano a gente tá tentando com algumas dificuldades, e o tema é relacionado a resistência camponesa [...] uma ideia de que eu gostei, que daquele grupo com as mesmas pessoas poderiam se incluir mais, mas ali já formar um grupo de jovens com intencionalidade política (SÔNIA, 2019).

A quadrilha junina Raízes do Sertão envolve jovens de todo o Assentamento 25 de Maio, não só da comunidade de Quietó. Os temas coreografados pela quadrilha estão ligados à luta camponesa. É um espaço onde a juventude semanalmente se reúne para, através do período junino, mostrar a cultura do assentamento, das lutas sociais. Sônia, de 18 anos, quando indagada sobre as formas de lazer na comunidade, destaca que:

Só tem uma, dançar quadrilha né, dançar São João, eu me identifico muito, desde quando começou a Raízes aqui na comunidade, é o que eu mais gosto de fazer assim, e é também a única alternativa que tem também, tanto é que os jovens se deslocam de suas comunidades para vir dançar (SÔNIA, 2019).

A escola João dos Santos de Oliveira, que se localiza na comunidade, cumpre um papel essencial na construção da quadrilha, pois uma parte significativa dos jovens que participam dela são seus estudantes. Ela é responsável em grande medida, por impulsionar nos últimos anos de 2017 e 2018 a experiência do Festival de Arte e Cultura das Escolas do Campo da Reforma Agrária, envolvendo também as escolas de ensino fundamental do assentamento.

O festival, além de resgatar os valores e experiências culturais do assentamento, também é um instrumento de participação política da juventude pela dimensão da cultura. Em 2018, o festival teve um caráter estadual, onde todas as escolas de ensino médio do campo se encontram para expor suas experiências em diversas linguagens artísticas. Portanto, não há como separar a cultura da política, pois ela é um campo de luta e de disputa na sociedade, sobretudo com o projeto do agronegócio, na dimensão econômica e nas ideias de projeto político. Para o MST (2018):

Vemos que a cultura e sua relação com a terra, com a posse e o domínio da terra, com o trabalho na terra, sempre esteve ligada aos processos de luta de classes, econômicos e políticos. A cultura tem sido um amplo campo de disputa de significados e de modos de vida. Cultura, economia e política não se separam ao longo da história. E nos dias de hoje não é diferente (MST, 2018, p.10).

Ainda na comunidade, o futebol também é uma forma de encontro entre os jovens. Para Ana, de 16 anos:

Eles se encontram muito jogando futebol na quadra, na escola porque é de tempo integral, nas quadrilhas que esse mês de junho tem muita. [...] a organização é o lazer deles. É muito mais fácil você ver um jovem se organizar para bater uma pelada, do que se organizar para falar da política, para falar como pode ser melhorado a comunidade [...] (ANA, 2019).

Embora não haja uma intencionalidade política no jogo de futebol entre os jovens da comunidade, ele é uma dimensão simbólica, por exemplo, quando estes jogam em outras comunidades que não são do assentamento, o uniforme que eles jogam é do MST. Então a própria camisa/terno do time da comunidade se torna uma propaganda política do Movimento e da reforma agrária. Consideramos que a maneira de jogarem com a simbologia do Movimento torna-se um diferencial dos demais e caracteriza-se como uma identidade carregada de elementos.

Portanto, o futebol, o lazer e a cultura não estão separados da vida política da comunidade, principalmente para a juventude, que podem não se identificar com a forma clássica de organização que é o grupo de jovens ou a associação, mas buscam outras formas atrativas de inserção no cotidiano da comunidade, que são as formas de lazer, pois os espaços de encontro entre eles também são formas de expressões políticas e culturais.

Para Brenner, Dayrell e Carrano (2005) existe uma dinâmica sociocultural da vida juvenil expressa, que em grande medida representa aspectos que organizam a vida dos jovens, entendendo as esferas culturais e do lazer, como produtores de sociabilidade. [...] "A convivência em grupos possibilita a criação de relações de confiança; desse modo, a aprendizagem das relações sociais serve também de espelho para a construção de identidades coletivas e individuais" [...] (BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2005, p. 175-177).

O tempo livre para o lazer é parte da própria vida do ser jovem, que inclusive determina sua formação humana. O tempo para as expressões artísticas, de esporte e de lazer podem ser visto como expressão da política, mas também como possibilidades de exercer outras relações sociais estando também no campo do direito aos espaços de cultura e lazer (BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2005).

Assim, no desenvolver de atividades do cotidiano de sociabilidade, o exercício de momentos coletivos, culturais e de lazer, acabam sendo os espaços que mais aglutinam a participação dos jovens, carregando expressões políticas de identidade com um processo de vida no campo e de relação com o MST, partes de uma experiência formativa que estar em uma comunidade do assentamento proporciona. A seguir enfatizaremos sobre o papel do MST como fomentador da participação política dos jovens assentados.

6. O MST e o fortalecimento das lutas e participação política de jovens da comunidade Quieto

Através de nossa imersão em campo notamos que quando há um acompanhamento da comunidade por parte de pessoas externas, no caso, do MST, os jovens são mais motivados a se organizar. Nesse caso, ainda há uma visão de que é necessário ter estas pessoas para poder impulsionar as ações. Paulo, de 27 anos, destaca que:

A, se não fosse o MST aqui dentro, várias conquistas que a gente tem aqui é através do MST, é aquela coisa, se não fosse o apoio deles, governo aqui não fazia nada também não [...] a maioria dos jovens participam dessas lutas do Movimento (PAULO, 2019).

Nota-se que o MST continua sendo uma organização fundamental para a comunidade e também que os jovens participam das atividades e encontros promovidos pela entidade. Para Ana, de 16 anos, o Movimento forma a juventude politicamente, elevando seu nível de consciência crítica. Ela relata que:

Já participei e é muito interessante porque eles envolvem os jovens [...] colocam outros conhecimentos [...] então eles são uma fonte de conhecimento pros jovens [...] o jovem quando vai pra algum encontro do MST ele volta com outra ideologia do que é política [...] do que você tem que lutar, normalmente quando os jovens vão, eles querem ir de novo [...] (ANA, 2019).

A partir de sua fala, destacamos a importância dos encontros de formação política para a juventude, que são organizados pelo MST. São espaços que possibilitam construir uma consciência crítica sobre a realidade brasileira. Já que, de acordo com o Coletivo Nacional de Juventude do MST (2019), as atividades com esse público, mesmo que flexibilizadas, precisam ter consistência ideológica, que contribua com a elevação de seu nível de consciência política e cultural. Ela ainda acrescenta que:

O Movimento para nós de assentamento, de acampamento, que mora no interior, abre muitas portas, eles que vão para as ruas junto com os outros Movimentos pra nós não perder nossos direitos, eles que estão incentivando os jovens, incentivam mais do que as próprias comunidades [...] (ANA, 2019).

Sônia, de 18 anos, relata ainda sobre a importância do MST para a comunidade, pois está em permanente luta pelos direitos dos trabalhadores (às), tendo para a juventude uma importância significativa. Segundo ela:

O MST é um grande movimento social [...] que a juventude tem grande importância [...] eu amo ir para os encontros [...] O MST é importante para a gente principalmente pra quem mora no campo, que aí a gente vai reivindicar os nossos direitos, vai para as lutas [...] hoje em dia nós não estaria nas nossas casas se não fosse o MST né [...] hoje somos assentados graças ao MST [...] (SÔNIA, 2019).

O MST avalia que há alguns limites e desafios para a inserção organizativa e na militância, sobretudo na metodologia de trabalho com juventude, no

processo de formação e da linguagem, embora cotidianamente entre jovens nas fileiras da organização, pelas ocupações de terra, pelos cursos de formação política ou universitários e encontros. É um Movimento que tem um grande número de jovens militantes organizados, inclusive sua construção se deu por jovens que se colocaram à disposição para construir as primeiras ocupações que deram origem ao movimento (COLETIVO NACIONAL DE JUVENTUDE DO MST, 2018). Sales (2003), ao destacar o processo de inserção da juventude no MST, afirma que:

Na década de 1990, a participação de jovens nos eventos promovidos pelo MST, nos planos estadual, regional e nacional, teve um crescimento significativo. Também nos setores do movimento, a maioria era composta por jovens e estes ocupavam a linha de frente. Esses fatos motivaram atividades específicas com a juventude, como, por exemplo, encontros regionais e estaduais, curso prolongado de jovens, intercâmbio com jovens universitários. Inicialmente, até a segunda metade da década de 1990, as experiências eram localizadas, mas logo os trabalhos com a juventude foram contaminando o conjunto do movimento, o que significou um novo direcionamento no sentido da organização dos assentados (SALES, 2003, p. 139).

A militância jovem tem uma característica central no seu processo de formação, que é a entrada no Movimento pela ação direta nas lutas; isso tem uma contribuição significativa na elevação do seu nível de consciência. Por isso, não somente elas, mas as mobilizações, ocupações, marchas, são os principais processos pedagógicos de formação política ideológica com os (as) jovens. Sales (2003) destaca que:

Muitos dos jovens que vivem nos assentamentos tiveram oportunidade de experimentar no período do acampamento maneiras de fazer política através da organização, da luta e conquista da terra, e, embora o MST nesse momento tivesse bastante influência, não se pode pensar que as relações construídas e os novos modos de vida sejam um processo linear, preestabelecido pelo MST (SALES, 2003, p. 143).

Somente as lutas não dão conta da formação política e humana da juventude, por isso foram realizados vários encontros no decorrer da trajetória histórica com a juventude sem-terra e outros movimentos estudantis, além de cursos, seminários, brigadas de agitação e propaganda, brigadas de teatro e a contribuição para a construção do mais recente Movimento de juventude no país: o Levante Popular da Juventude. Todos esses esforços do MST têm a perspectiva de desenvolver a identidade da juventude sem-terra, de construir uma consciência crítica e de possibilitar a unidade da juventude do campo e da cidade (COLETIVO DE JUVENTUDE DO MST, 2018).

O Movimento também herdou da igreja católica e das pastorais sociais, os chamados *grupos de jovens*, como forma de auto-organização (COLETIVO DE JUVENTUDE DO MST, 2018). Esses grupos ainda existem em muitos dos territórios de assentamentos e acampamentos, tendo como principais objetivos a realização de atividades ligadas à própria igreja e a promoção de festas ou gincanas. Muitos se reconhecem como sendo parte do Movimento, mas outros

não se identificam como sendo um coletivo organizado do MST. Luz, de 22 anos, destaca em relação ao método de trabalho que:

Como é que a gente pode construir método de grupos de jovens que consiga organizar esses jovens, porque apesar da gente ter um bom trabalho nas escolas, falta o método de ter uma organicidade mais consolidada, que os meninos se organizem em torno de uma questão e consiga dar vida a essa organicidade, consiga se reunir, consiga executar tarefas ou desejos de atividades coletivamente. Então a construção de um método de trabalho com a juventude é muito dinâmica, você tem que sempre está inovando, você sempre tem que estar trazendo questões para poder consolidar esse processo (LUZ, 2019).

Nesse sentido, a organização da juventude precisa levar em consideração: a forma organizativa dos (as) jovens, o método e a linguagem. Na forma organizativa, pode-se continuar experimentando os grupos de jovens, mas é preciso avançar para a construção de coletivos de juventude, compreendendo que os (as) jovens podem se organizar pelo grupo de capoeira, a música, dança, grupo de produção, futebol, enfim, de diversas maneiras (COLETIVO NACIONAL DE JUVENTUDE DO MST, 2019). Inclusive, a partir da observação em campo, constata-se a atração dos jovens pelas redes sociais, as quais precisamos canalizá-las como ferramenta organizativa. É necessário ir construindo uma cultura organizativa e identidade sem-terra que lhes possibilite participar da vida política do assentamento (COLETIVO NACIONAL DE JUVENTUDE, 2019). Para Luz, de 22 anos:

Outro desafio que tem sido muito forte pra gente é a rotatividade. A gente faz um trabalho muito bom com a juventude em um ano, se você não tiver continuidade no ano seguinte é outra geração de jovens [...] sempre está mantendo a animação, mantendo o ânimo, conseguindo manter uma linha de trabalho, porque o momento que você passa seis meses sem manter, você já perde jovens, já são novos jovens, é muito rotativo o trabalho com a juventude [...] consolidar um grupo bom pra tá dando conta da formação desses novos que estão entrando né. Sempre tem novos jovens se forjando [...] (LUZ, 2019).

Notamos, pois, que essa rotatividade se dá a partir da saída dos jovens para morar na cidade em busca de trabalho e acesso à universidade, por isso o trabalho com a juventude é determinado pelas condições reais de sua vida no campo, como aponta os autores “[...] em relação aos motivos e os desejos da saída dos jovens do campo percebemos que estão ligados ao trabalho e a elementos infraestruturas que favorecem a reprodução social destes indivíduos” (OLIVEIRA, RABELLO e FELICIANO, 2014, p. 6). Luz, ainda acrescenta sobre a inserção no Movimento:

A gente avalia que é uma grande peneira né, então a gente realiza inúmeras atividades de juventude, amplas do MST e a gente sabe que a maioria do nosso público hoje de todas essas atividades é a juventude. O Ceará vive uma realidade muito forte disso. Para isso a gente consegue fazer essa questão de estar trazendo-os. A nossa avaliação é que os jovens têm que aproximar do MST, querem construir o MST, tanto é que hoje a gente tem o nosso curso básico de militantes que é o curso

prolongado, que tem majoritariamente a participação de jovens, virou um curso de jovens para entrar na militância e que eles realmente vêm de escolas, a maioria, de territórios nossos que temos um trabalho de atuação quanto Coletivo de Juventude do MST. Então isso é um reflexo do trabalho que a gente vem construindo a nossa principal tarefa. Que a nossa principal tarefa é projetar militância para o MST, e a gente tem conseguido ter um bom saldo disso nesse último período. (Luz, 2019).

Os assentamentos, sobretudo no Nordeste, apresentam um vasto processo de êxodo rural como é a realidade de todo país (Castro, 2005); a juventude camponesa migra para grandes cidades em busca de condições de vida, mas os assentamentos ainda congregam um bom número de jovens para serem organizados, sobretudo os que estão estudando, por isso a escola é um espaço com potencial de organização; mas também nas cooperativas, agroindústrias e os (as) que não estão em nenhum destes espaços do assentamento, mas que podem ser potencializados.

Todo esse processo organizativo com a juventude só tem materialidade com a construção de alternativas de trabalho e renda para os jovens permanecerem nos assentamentos. Conforme relata Luz:

Os desafios que a gente percebe dentro do nosso trabalho quanto coletivo de juventude para a organização da juventude é principalmente a questão do trabalho e renda. A gente até consegue fazer um trabalho no momento que estão na escola, quando estão na dependência dos pais, mas quando passa por momento realmente ter que trabalhar e as condições de permanência no campo são muito difíceis, e a maioria a gente acaba perdendo jovens muito bons, com perfil militante, que vão para o mercado de trabalho, para cidade, esse é o nosso principal desafio [...] (Luz, 2019).

Compreendemos que os entraves postos, fazem parte de contradições profundas e estruturais, como demonstra Castro (2005, p. 26), “a mudança dessa realidade vai muito além dos esforços individuais, demanda ações coletivas e mudanças mais profundas na realidade”. Porém, ainda é possível e se faz necessário pensar alternativas e possibilidades de trabalho para além da inserção agrícola (MENDES, 2018), inclusive lutar por políticas públicas relacionadas a outras dimensões da vida, como nas áreas da cultura, esporte, lazer, educação e social. Os jovens possuem o direito de dar continuidade a sua vida na comunidade, mas somente a agricultura não dá conta de garantir a reprodução social das famílias assentadas.

7. Considerações finais

As descrições e análises sobre a participação política da juventude na comunidade de Quieto suscitaram elementos relacionados às dificuldades de inserção dos jovens nas tradicionais formas de organização no assentamento, pela ausência de um trabalho com metodologias específicas, voltadas para este público. Por outro lado, é possível compreender que o exercício de momentos coletivos, culturais e de lazer vivenciados no assentamento, acabam sendo os espaços que mais aglutinam a participação dos jovens, e que também estão carregando expressões políticas de identidade com um processo de vida no



campo e de relação com o MST. Tais fenômenos, podem ser consideradas formas alternativas de participação, com seus limites e potenciais de experiência em curso.

Embora as contradições organizativas do assentamento e da comunidade influenciam diretamente na organização dos jovens, eles (as) encontram no movimento social espaços de participação. O MST constitui-se como um instrumento de inserção da juventude realizando um conjunto de iniciativas que buscam possibilitar aos (às) jovens uma interpretação crítica da realidade, a construção de identidade, mas também que estimulem sua organização. Porém, existem limites nesse processo, como a própria metodologia de formação política, a inserção organizativa nos assentamentos e na militância do Movimento. Notamos ainda a insuficiência ou ausência de políticas públicas estruturantes no campo que possibilitem trabalho, educação, lazer, esporte e cultura, sendo estes os desafios constatados na realidade da vida da juventude no assentamento.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Uma geografia das políticas fundiárias no Estado do Ceará**. 2005. 111f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Ciências e Filosofia, Universidade Federal do Ceará- UFC, Fortaleza, 2005.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. **Institui o Estatuto da Juventude**. Brasília DF: Casa Civil, 2013.

BRENNER, Ana Karina; DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Cultura do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros. *In*: ABRAMO, Helena Wendel.; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. **Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. 2005. 427f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y juventud**, Manizales, v.7, no 1, p. 179-208, janeiro/junho. 2009. Disponível em: <http://www.umanizales.edu.co/revistacinde/index.html>. Acesso em: 22 out. 2020.

COLETIVO NACIONAL DE JUVENTUDE DO MST. A juventude camponesa e o modelo de produção no campo. *In*: **Juventude no Brasil**. MARTIN, Laura; VITAGLIANO, Luís Fernando. (Orgs). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.



COLETIVO NACIONAL DE JUVENTUDE DO MST. **Preparação para o Encontro Nacional**. São Paulo: Secretaria Nacional, 2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Campesinato e Agronegócio na América Latina**: a questão agrária atual. Expressão Popular: São Paulo, 2008.

GROPPO, Luís Antonio. A juventude como categoria social. *In*: **Juventude: ensaios sobre Sociologia e História das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

JANATA, Natacha Eugênia. **"Juventude que ousa lutar"**: Trabalho, Educação e Militância de Jovens assentados do MST. 2012. 276f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC, Florianópolis, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/99307>. Acesso em: 22 out. 2020.

JANATA, Natacha Eugênia. Reflexões sobre a juventude do campo e do MST. *In*: **1ª Cartilha de formação da Juventude Sem Terra**. Coletivo Nacional de Juventude do MST, 2016.

MAFORT, Kelli Cristine de Oliveira. **A hegemonia do agronegócio e o sentido da Reforma Agrária para as mulheres da Via Campesina**. 2013. 134f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/88778>. Acesso em: 22 out. 2020.

MARGULIS, Mario; Marcelo URRESTI, M. **La juventud es Más Que una Palabra**. Buenos Aires: Biblos, 1996.

MELLO, Juliana Cristina de. **A organização da juventude e repercussão sobre a sua formação e contribuição no MST**: a experiência de um acampamento em Rio Bonito do Iguaçu/PR. 2019. 80f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação do Campo) – Universidade Federal da Fronteira Sul- UFFS, Laranjeiras do Sul, 2019. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/3788>. Acesso em: 22 out. 2020.

MENDES, Virzângela Paula Sandy; PAULINO, Antônio George Lopes. **"A agricultura é a única profissão que ficou no mundo"**: percepções e narrativas de jovens e velhos colonos no perímetro Curu – Paraipaba (CE) sobre agricultura familiar e sucessão hereditária. Brasília – DF: Congresso Brasileiro de Sociologia, 2017.

MENDES, Virzângela Paula Sandy. **Trajetórias de Jovens do Perímetro Curu-Paraipaba: Histórias de rupturas e continuidades ao longo de gerações**. 2018. 272f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal



do Ceará- UFC, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza, 2018. Disponível em:
<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/39280>. Acesso em: 22 out. 2020.

MORISSAWA, Mitsui. **História da Luta pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA CEARÁ. **Caderno de formação nº 01**, Fortaleza, 2009.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Cultura e Reforma Agrária Popular**. São Paulo: Secretaria Nacional, 2018.

NETO, Antônio Júlio Menezes. A igreja católica e os movimentos sociais do campo: a teologia da libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Caderno CRH**, Salvador, v.20, n.50, Maio/Agosto. 2007.

OLIVEIRA, Luciano Benini de; RABELLO, Diógenes; FELICIANO, Carlos Alberto. Permanecer ou sair do campo? Um dilema da juventude camponesa. *In*: **Revista Pegada**- vol.15, n.1. Julho de 2014. Disponível em:
<https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/3032>. Acesso em: 04 nov. 2018.

PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL – PJR. **Caderno de formação da PJR para a VIII Assembleia Nacional**. João Pessoa: Secretaria Nacional, 2017.

PIZETTA, Adelar João. A formação política no MST: um processo em construção. **Revista OSAL**, Buenos Aires: CLACSO, Año VIII, No 22, setembro de 2007. Disponível em:
<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal22/EMS22Pizetta.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2019.

POCHMANN, Marcio. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. *In*: NOVAES, Regina. VANNUCHI, Paulo. **Juventude e sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SALES, Celecina de Maria Veras. **Criações coletivas da juventude no campo político: um olhar sobre os assentamentos rurais do MST**. 2003. 321f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

Recebido em: 29 de outubro de 2020.

Aceito em: 1º de abril de 2021.

Publicado em: 15 de dezembro de 2021.

